



**PREJULGADO DE TESE Nº 020**, de 04 de dezembro de 2014.

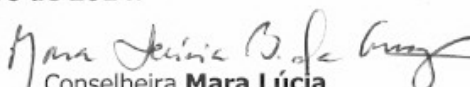
**RESOLUÇÃO Nº 11.569**

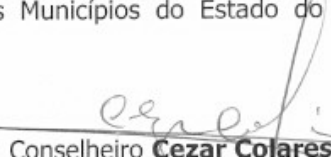
**Processo nº 201412187-00 e 201415047-00**

**EMENTA:** CONSULTA. POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR COM VERBAS PROVENIENTES DO FUNDEB, NOS TERMOS DO ART. 70, II DA LEI Nº 11.949/2007, DESDE QUE DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DENTRO DO LIMITE DE 40% DO TOTAL DO FUNDO. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO Nº 16/2013)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente, em caso concreto e respondida nos termos do **Art. 299, § 2º, do RI/TCM (Ato nº 16/2013)**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório e proposta de Decisão ratificada pelo Conselheiro Relator e da Resolução prolatada às **fls. 12-15** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **04 de dezembro de 2014**.

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Corregedor

**Presentes:** Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; e Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva.



**PREJULGADO DE TESE Nº 020**, de 04 de dezembro de 2014.

**RESOLUÇÃO Nº 11.569**

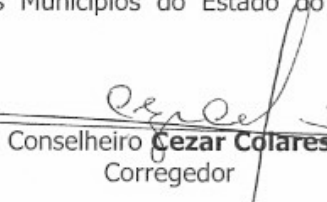
**Processo nº 201412187-00 e 201415047-00**

**EMENTA:** CONSULTA. POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR COM VERBAS PROVENIENTES DO FUNDEB, NOS TERMOS DO ART. 70, II DA LEI Nº 11.949/2007, DESDE QUE DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DENTRO DO LIMITE DE 40% DO TOTAL DO FUNDO. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO Nº 16/2013)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente, em caso concreto e respondida nos termos do **Art. 299, § 2º, do RI/TCM (Ato nº 16/2013)**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório e proposta de Decisão ratificada pelo Conselheiro Relator e da Resolução prolatada às **fls. 12-15** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **04 de dezembro de 2014**.

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Corregedor

**Presentes:** Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; e Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva.



**PROCESSO Nº** : 201412187-00 e 201415047-00  
**PROCEDÊNCIA** : FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUCUMÃ  
**EXERCÍCIO** : 2014  
**RESPONSÁVEL** : MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA LEÃO - SECRETÁRIA  
**ASSUNTO** : CONSULTA SOBRE POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR COM VERBAS PROVENIENTES DO FUNDEB.

## **I - RELATÓRIO**

Versam os autos sobre consulta formulada pela Sra. Maria da Conceição Rocha Leão, Secretária de Educação do Município de Tucumã, sobre a possibilidade de aquisição de veículo automotor para manutenção da educação básica com verba proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

É o relatório.

## **II - ADMISSIBILIDADE**

O Regimento Interno deste Tribunal, nos seus arts. 298 e seguintes, estabelece os requisitos que devem ser observados para admissão da consulta.

A presente consulta foi apresentada pela Secretária Municipal de Educação de Tucumã, dotada, portanto, de legitimidade, nos termos do art. 299, I do Regimento Interno. Apesar de se referir a caso concreto, atende aos demais requisitos de admissibilidade acima transcritos. Assim, conheço da consulta nos termos do art. 300, §2º, em face da relevância da matéria.

## **III - FUNDAMENTAÇÃO**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi instituído e regulamentado pela Lei nº. 11.949/2007 e tem por finalidade a manutenção e desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei.



Segundo o art. 21<sup>2</sup> do referido diploma legal, todos os recursos recebidos pelo FUNDEB devem ser investidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em **ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.**

Assim, para identificar as áreas de investimento dos recursos do FUNDEB é preciso entender o que seriam ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

Nesse sentido, o art. 70 do diploma legal em comento esclarece o que são consideradas despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino, *verbis*:

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Conforme acima transcrito, o inciso II permite a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, ou seja, admite-se a aquisição de mobiliário e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades do sistema da educação básica pública.

O que se deve verificar é o alcance do conceito da palavra equipamento. Primeiramente, cabe lembrar que o FUNDEB tem por finalidade promover a educação através da redistribuição de recursos a serem investidos exclusivamente na educação básica pública. Logo, deve-se admitir a aquisição de qualquer equipamento necessário para o atendimento desta finalidade, conferindo à palavra equipamento interpretação ampliativa.

Assim, considerando a não previsão de qualquer restrição pelo art. 70, II da Lei nº.

<sup>2</sup> Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



11.949/2007, é possível concluir que veículos automotores estão inseridos no conceito de equipamento, motivo pelo qual se admite a aquisição dos mesmos, desde que voltados para atender as necessidades da educação básica pública. Nesse mesmo sentido, o Manual de Despesa Nacional<sup>3</sup>, ao especificar os elementos de despesa que identificam os gastos realizados para atender as finalidades públicas, inclui no conceito de equipamento a aquisição de veículos diversos.

No que se refere ao conceito de educação básica pública, esclarece o art. 21 da Lei nº. 9.394/96 que a educação escolar compõe-se, dentre outras, da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Logo, pelo dispositivo supracitado, os recursos do FUNDEB só podem ser investidos nesses três níveis de ensino. Ademais, a legislação federal exige, ainda, que a educação básica deve ser pública, afastando qualquer investimento em educação privada.

Ainda quanto a aplicação dos recursos ora em análise, acrescenta o art. 22 da Lei nº. 11.949/2007 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Assim, verifica-se que a aquisição de veículo automotor com os recursos provenientes do FUNDEB é possível, nos termos do art. 70, II. Entretanto, tal aquisição deve ser feita dentro do valor correspondente a 40% dos recursos do fundo e o veículo adquirido deve ser utilizado na satisfação das necessidades da educação básica pública, conforme especificado pelo art. 21 da Lei nº. 9.394/96.

Por fim, considerando que a presente consulta foi apresentada pelo Município de Tucumã, o veículo deve ser utilizado, prioritariamente, no ensino infantil e fundamental, em razão da competência definida constitucionalmente no art. 30, VI da Constituição Federal<sup>4</sup>.

#### IV - CONCLUSÃO

<sup>3</sup>[http://www.cjf.jus.br/cjf/cjf/orcamento-e-financas/manuais/Manual\\_Despesa\\_Nacional.pdf/view](http://www.cjf.jus.br/cjf/cjf/orcamento-e-financas/manuais/Manual_Despesa_Nacional.pdf/view), pag 49

<sup>4</sup> Para o exercício do dever do Estado, a Constituição Federal discrimina competências para o sistema de ensino, através da definição de áreas prioritárias de atuação. Nesse modelo, cabe aos municípios atuar prioritariamente no ensino infantil e fundamental enquanto os Estados e Distrito Federal devem atuar no ensino fundamental e médio, cabendo à União.



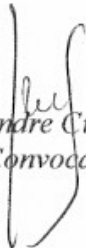
#### IV - CONCLUSÃO

Em razão do exposto, diante do questionamento sobre a possibilidade de aquisição de veículo automotor para manutenção da educação básica com verba proveniente do FUNDEB, concluo que é possível a utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB para aquisição de veículo automotor, nos termos do art. 70, II da Lei nº. 11.949/2007, desde que seja destinado ao atendimento das necessidades da educação básica pública e o valor utilizado para efetuar a compra esteja dentro dos 40% do valor total do Fundo, conforme especificado acima., considerando que os 60% restantes devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública em efetivo exercício.

Após, submeto à deliberação do Egrégio Plenário, nos termos do art. 300, §5º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

É o parecer, S.M.J.

Belém, 04 de dezembro de 2014.

  
José Alexandre Cunha  
Auditor Convocado

11691





18) Processo nº 201400900-00  
Responsável: Sr. José Maria de Lima Pacheco  
Origem: Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba Aquarela Brasileira  
Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 038/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

19) Processo nº 201408095-00  
Interessado(a): Alessandra Castro Galvão  
Origem: Secretaria Municipal de Saúde - SESMA/ PMB  
Assunto: Contrato Temporário nº 074/2013  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

20) Processo nº 201106189-00  
Interessado(a): Egon Kolling  
Origem: Prefeitura Municipal de Breu Branco  
Assunto: Contrato nº 011/2010  
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

21) Processo nº 201414367-00  
Interessado(a): Maria Conceição Bezerra  
Origem: Prefeitura Municipal de Marabá  
Assunto: Lei nº 17.637/2014, de 16.07.2014, que reajusta a remuneração dos Servidores  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 16/01/2015.

Robson Figueiredo do Carmo  
Secretário Geral

Protocolo 788933

**PREJULGADO****PREJULGADO DE TESE Nº 019, DE 21/08/2014.****RESOLUÇÃO Nº 11.569****Processo nº 201409055-00**

EMENTA: CONSULTA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM. OBRIGATORIEDADE DE PRÉVIO PRONUNCIAMENTO JURÍDICO EM PROCESSOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO REALIZADO NOS TERMOS DOS INCISOS I E II, DO ART. 24, DA LEI FEDERAL 8.666/93. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA PROPORCIONALIDADE. FACULDADE DO ORDENADOR DE DESPESAS. OBRIGATORIEDADE NOS CASOS PREVISTOS NO ART. 38, DA LEI FEDERAL 8.666/93. APROVAÇÃO. ELABORAÇÃO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada por autoridade competente, em caso concreto e respondida nos termos do Art. 299, § 2º, do RI/TCM (Ato nº 16/2013), acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade.

Decisão: em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório e Voto da Conselheira Relatora e da Resolução prolatada às fls. 21-30 dos autos, que passam a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução

Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

**PREJULGADO DE TESE Nº 020, 04/12/2014.****RESOLUÇÃO Nº 11.569****Processos nºs 201412187-00 e 201415047-00**

EMENTA: CONSULTA. POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR COM VERBAS PROVENIENTES DO FUNDEB, NOS TERMOS DO ART. 70, II DA LEI Nº 11.949/2007, DESDE QUE DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DENTRO DO LIMITE DE 40% DO TOTAL DO FUNDO. APRECIACÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO Nº 16/2013)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada por autoridade competente, em caso concreto e respondida nos termos do Art. 299, § 2º, do RI/TCM (Ato nº 16/2013), acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade.

Decisão: em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório e proposta de Decisão ratificada pelo Conselheiro Relator e da Resolução prolatada às fls. 12-15 dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 11.638, DE 23/10/2014****Processo nº 1230012004-00**

Assunto: Recurso Ordinário (201306702-00)

Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará  
Exercício: 2004

Responsável: Aldemir da Conceição Aires de Oliveira

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ. MULTA PELA REMESSA INTEMPESTIVA DOS RGF'S. CONHECER DO RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO-SE A DECISÃO ANTERIOR PROLATADA, EMITINDO PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO A APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do RECURSO ORDINÁRIO (fls. 228/238), com amparo no Art. 68, I, da LC nº 084/2012, contra a Resolução nº 10.740, de 05.02.13 (fls. 216/222), publicado no DOE de 08.04.13, que emitiu parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a não aprovação das contas daquele Executivo Municipal, exercício financeiro de 2004, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade.

Decisão: Conhecer do recurso interposto, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 286-292, e dar-lhe provimento parcial, alterando-se a decisão anterior prolatada, nos termos da Resolução nº 10.740, para emitir parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Santa Luzia do